

## **EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA FIRMO SANTINO EM CAIANA DOS CRIoulos**

Autor: Érica Cibelle de Sousa Araújo  
Co-autor: Jaquicilene Ferreira da Silva Alves  
Co-autor: Marcila de Almeida  
Co-autor: Ana Paula Augusta da Silva Fernandes  
Orientadora: Patrícia Cristina de Aragão

*Universidade Estadual da Paraíba*

[erica.cibelle@hotmail.com](mailto:erica.cibelle@hotmail.com)

[jaquicilene@gmail.com](mailto:jaquicilene@gmail.com)

[marcillaalmeida@hotmail.com](mailto:marcillaalmeida@hotmail.com)

[anapaula.augusta@hotmail.com](mailto:anapaula.augusta@hotmail.com)

[cristina-aragao21@hotmail.com](mailto:cristina-aragao21@hotmail.com)

**Resumo:** O Projeto Político Pedagógico se constitui no pilar básico que concentra as ações e práticas educativas escolares. A partir dele são definidas as organizações curriculares e que definem as finalidades da escola. Visto isso, torna-se imprescindível elaborá-lo de maneira democrática e igualitária, no sentido em adequar de forma metodológica à realidade educativa e social que é apresentada no cotidiano escolar, sua função é destacar a política e perfil filosófico da instituição. No contexto da realidade educativa das comunidades quilombola, a culminância do projeto pedagógico viabiliza as diretrizes que são elaboradas para a comunidade escolar, demarcando modos e formas de educar. Este artigo tem por objetivo analisar as propostas educacionais contidas no projeto pedagógico da Escola Firmo Santino, na comunidade quilombola Caiana dos Crioulos, localizada no município de Alagoa Grande – PB. Desse modo, verificar como o projeto da referida escola empreende a partir do projeto político pedagógico uma proposta de educação antirracista que venha na propositura de práticas inclusivas e alçadas numa pedagogia dialógica no sentido de contribuir para formação da criança negra e não negra desta comunidade. Para isso, metodologicamente, contamos com a análise do próprio PPP da escola, bem como, estudos desenvolvidos a partir de VASCONCELOS (1995), BETINI (2005) e da Lei 10.639/03 que torna incluso no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Para tanto, além de contar com uma base metodológica e fundamental diante dos acervos explorados, proporcionaremos ainda uma discussão e reflexão perante a formação docente na Educação Básica.

**Palavras-chave:** Projeto Político Pedagógico, Temática étnico-racial, Criança negra e não-negra

### **1. INTRODUÇÃO**

O Projeto Político Pedagógico de uma escola é constituído coletivamente por todos os membros na comunidade escolar. Tido como um documento flexível, possibilita pensarmos e repensarmos sobre a função social e política da escola, uma vez que faz parte do planejamento e da gestão escolar. Logo, como função de gestar a escola, adequando-se à realidade dos envolvidos, segundo BETINI (2005) “o projeto político pedagógico mostra a visão macro do que a instituição

escola pretende ou idealiza fazer, seus objetivos, metas e estratégias permanentes, tanto no que se refere às suas atividades pedagógicas, como às funções administrativas”. Tendo como norteamento o conceito citado anteriormente, percebemos a importância de se elaborar tal documento para assim cumprirmos com o currículo didático escolar, embasados nas políticas educacionais. Segundo Moreira e Silva (1997, p. 28), “o currículo é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação e recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”, desse modo, torna-se fundamental empreender discussões sobre a questão racial na Educação Básica a partir de suas experiências locais, para a afirmação comunitária na criança quilombola na escola, para que esta construa sua identidade étnico-racial.

Desse modo, a escolha pela Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Firmo Santino da Silva em Caiana dos Crioulos, localizada no município de Alagoa Grande - PB concedeu-se com o desejo de investigar como se dá a abordagem da temática étnico-racial em sala de aula pelos professores no cumprimento do currículo didático escolar para a construção da identidade do educando de modo significativo como abordam alguns autores, como também, está prescrito nas leis Lei de Diretrizes e Bases Nacionais nº 9394/96 e na Lei nº 10.639/03, em se tratando do ensino da História e Cultura Afro-brasileira. Logo, por meio da necessidade de percebermos como a mesma compôs seu Projeto Político Pedagógico, como também, o modo de como perfaz em seu plano a inclusão dos conteúdos relacionados, de maneira democrática e igualitária, adequando-se à realidade educativa e social do seu povo, já que é considerada uma comunidade remanescente quilombola e, sua grande maioria, desconhecem suas próprias histórias, gerando assim a baixa estima e o distanciamento do acervo cultural existente na comunidade, o que faz com que, a negação e o preconceito se evidenciem. Ao abordarmos esses conteúdos em sala de aula, torna-se possível oportunizar o reconhecimento e igualdade entre todos, estabelecendo assim, o respeito às diferenças e o conhecimento de sua própria história.

Para isso, com o objetivo de analisarmos as propostas educacionais contidas no projeto pedagógico da mesma, para o debate sobre a questão étnico-racial na escola da comunidade, procuraremos ainda verificar como ressaltam a proposta de uma educação antirracista perante práticas inclusivas para a formação do pensamento de crianças negras e não-negras residentes na comunidade, para que assim, passemos a refletir também sobre a formação do professor ao qual torna-se responsável ao repasse desses conteúdos de maneira conscientizadora e identitária, respeitando assim a diversidade étnico cultural e racial. Sendo assim, este trabalho oportunizará uma reflexão sobre as práticas educativas

voltadas às questões sócio-históricas e culturais da Educação Quilombola nesta escola, bem como, sobre os valores humanos e diversidade.

## **2. METODOLOGIA**

Para descrição do desenvolvimento deste trabalho, o presente trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, por meio de análise dos principais materiais existentes sobre a temática, que regem a inclusão da Cultura Afro Brasileira em sala de aula como conteúdo curricular, em que utilizaremos textos, legislações, o Projeto político Pedagógico da escola e teóricos que debatem o assunto. Segundo Deslandes et al. (1994), um trabalho como esse, possibilita a produção de conhecimentos e dá continuidade ao propósito de sondar a realidade e desvendar seus segredos. Enquanto MINAYO (1994, p. 11) possibilita-nos analisar uma realidade “da qual nós próprios, enquanto seres humanos somos agentes”.

Desse modo, a proposta do mesmo seguiu um roteiro de estudo, inicialmente, por meio de pesquisas de materiais voltados ao que se trata o projeto político pedagógico, sua função na escola, objetivos, metas, público-alvo a partir de sua elaboração, bem como, ao que o mesmo concerne, para que possamos ter embasamento teórico e discutir questões relacionadas. Após, intensificamos ainda mais nossos estudos e reflexões a partir de teorias e legislações que regem a Educação Quilombola e temáticas étnico-raciais como VASCONCELOS (1995), BETINI (2005), entre outros, e da Lei 10.639/03, para assim fazermos nossa análise por meio de debate e discussões perante a formação docente na Educação Básica, no repasse dos conteúdos para a consolidação de uma proposta de educação antirracista perante práticas inclusivas étnico-raciais numa escola quilombola municipal Firmo Santino da Silva em Caiana dos Crioulos, localizada no município de Alagoa Grande - PB.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Firmo Santino da Silva fica localizada na serra, numa comunidade rural remanescente quilombola, em Caiana dos Crioulos, no município de Alagoa Grande, situada na microrregião do brejo paraibano. A mesma, atende a um público singular, cuja maioria é negra, da Educação Infantil aos anos finais do Ensino Fundamental. Criada em 27 de março de 2001, teve suas atividades iniciadas em 01 de abril de 2001, com capacidade para atender 250 alunos (as) nos turnos manhã e tarde. O público atendido pela escola vinde de outras comunidades

vizinhas tais como: Caiana do Agreste, Paquevira, Serra do Balde e Sapé de Julião que, apesar de rurais, não são quilombolas.

A escola é reconhecida e cadastrada junto ao MEC como instituição quilombola, aspecto identificado pela equipe de professores e gestão no acervo cultural afro-brasileiro da comunidade, visto que torna-se necessário a inserção da história e cultura afro-brasileira e africana nas práticas pedagógicas através das áreas como História, Geografia, Literaturas, Línguas, Matemática, Ciências e Ensino Religioso por meio de conteúdos e metodologias interdisciplinares. Já a comunidade é reconhecida quilombola desde meados de 2005, visto que em sua grande maioria é constituída por moradores negros e poucos conhecerem suas histórias e culturas, gerando muitas vezes, a negação e o preconceito, como também, por cerca de 120 famílias que sobrevivem da agricultura, criação de animais e, ainda, de prestação de serviços do setor público municipal. Ademais, sua principal marca está na cultura, por meio de grupos de capoeira, constituído pelos jovens da comunidade, e de ciranda e coco de roda, expressadas em manifestações artísticas por mulheres da própria comunidade, as chamadas “Cirandeiras de Caiana”. No entanto, há uma certa resistência em muitos dos jovens com outros ritmos como o forró, o rap e o funk, visto que são linguagens incorporadas que possuem um caráter político e social, por isso a importância de professores(as) estarem atentos a essa nova roupagem de ritmos para assim utilizar em sala de aula como meio de construção do saber e conhecimento.

Logo, essa nova performance, na aceitação e mobilização da juventude nesses ritmos, deve-se ao fato da ausência do Estado na comunidade ao longo desses anos, principalmente na consolidação de políticas públicas que abordem as questões étnico-raciais. Desse modo, um dos grandes motivos que levam essa juventude a partirem para fora de sua comunidade na busca de melhores condições de vida deve-se à insuficiência de ações públicas na uma formação agrícola que os levem a permanecerem em seus habitat e deles tirarem seus próprios sustento. Contudo, essas questões acabam sendo evidenciadas também na escola, por muitas vezes, pela falta de formação dos professores na atuação numa escola quilombola, visto que os conhecimentos, em sua grande maioria, são perpassados pelos próprios alunos para assim tomarem conhecimento, por isso a importância de conhecerem o acervo cultural da comunidade para que se obtenha uma ampliação desses conhecimentos.

Um fato interessante que pudemos perceber em contato com o Projeto Político da Escola é que os jovens da comunidade possuem suas potencialidades e aptidões, no entanto, falta investimento para o desenvolvimento destas, levando-os na grande maioria das vezes a se deslocarem para o sudeste do país, na busca de

emprego e melhores condições de vida, o que nem sempre são prestigiados com isso.

O PPP da Escola Firmo Santino da Silva teve início na sua construção em maio de 2012 a partir da corroboração da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus Guarabira, por meio do Departamento de História, por meio da colaboração de professores (as), gestores (as), alunos (as), funcionários (as), pais de alunos (as), bem como, de lideranças da própria comunidade, através de reuniões e oficinas por segmentos, na tentativa de exporem suas percepções e expectativas diante do que almejam para uma escola mais igualitária e antirracista, levando ao alunado a construção de suas identidades étnico-raciais, perante a aceitação e convivência com as diferenças, bem como, da elevação de sua autoestima. Para VIDEIRA (2007):

“[...]para a promoção de uma educação igualitária [...] as relações raciais em território brasileiro devem ser questionadas [...] à medida que o sistema de ensino se mostra inadequado para o segmento negro da população [...] e o espaço escolar mostra-se inadequado para receber crianças negras”.

Logo, sua discussão iniciou em 2010, por intermédio da concretização do projeto de extensão e curso de formação: “Cidadania e identidades negras nas escolas: os conteúdos de história e cultura afro-brasileira no currículo escolar”, no intuito de professores sentirem a necessidade da construção de um projeto que estivesse voltado para a realidade da comunidade escolar na inclusão de temáticas étnico-raciais envolvendo conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais – Lei nº 9.394/96, em seus artigos 12 & I, 13 & I e 14 & I e II, no estabelecimento da orientação e confiabilidade à escola na elaboração, execução e avaliação de seu projeto político pedagógico, como define os princípios do art. 14:

I.Participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares equivalentes.

Segundo professores desta escola, os estudantes tem pouco acesso aos bens culturais como cinema, biblioteca, museu e teatro, com relação à internet, os mesmos partem para lanhouses no centro da cidade. Já com relação à aprendizagem, levam um pouco mais de tempo para adquiri-las, devido ao déficit no acesso, pelo fato também de o único acesso ao conhecimento ser a própria cultura local e o livro didático. Os próprios grupos existentes na comunidade só são convidados quando há eventos comemorativos, onde a única finalidade é de realizarem suas apresentações. Alguns alunos até

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

prestígios, outros, em contraponto, por meio do contato com outros ritmos acabam por ignorar e negar suas referências culturais e locais. Com isso, percebemos a falta de interação e diálogo permanente com os envolvidos entre suas gerações em consonância com outras culturas, incorporadas ao que mais gostam. Entretanto,

Identidade é algo em processo, permanentemente inacabado, e que se manifesta através da consciência da diferença e contraste com o outro, pressupondo, assim, a alteridade. Ou seja, “o sujeito se constrói a partir de marcas diferenciais provindas dos outros”<sup>13</sup>. Assim, a identidade é sempre construída em um processo de interação e de diálogo que estabelecemos com os outros. (FERNANDES & SOUSA, 2016, p. 106)

Diante da diversidade de conceitos existentes na literatura educacional a respeito do Projeto Político Pedagógico, considerando a linha de raciocínio de Vasconcellos, que coloca o PPP como um documento organizado de forma sistematizada, refletida e consciente, será mais fácil entendê-lo de forma mais ampla. Logo,

Projeto Pedagógico [...] é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da instituição. (VASCONCELLOS, 1995, p. 143)

Ao analisarmos o PPP da escola, percebemos em sua construção, em se tratando do processo de ensino-aprendizagem, o aparecimento de estratégias por meio do diálogo com a família e a comunidade de modo a valorizarem os conhecimentos prévios trazidos com relação à história e cultura afro-brasileira e africana, na interação com os demais conteúdos abordados. Tais estratégias, partem de rodas de conversa sobre temáticas relacionadas à história e cultura da comunidade, por meio de leitura e interpretação de textos e imagens, contação de histórias, especificamente, à Caiana dos Crioulos, exibição e discussão de vídeos relacionados, entre outros, os quais serão incorporados ao currículo escolar, como mostra o quadro abaixo com algumas propostas contidas no PPP da Escola Firmo Santino da Silva, desde a gestão até o processo de ensino-aprendizagem:

Áreas	Metas	Ações	Parcerias	Período
1- Gestão do Espaço Escolar	<p><b>Adequar o espaço físico.</b> Articular junto a Secretaria de Educação a construção de três salas o que incidirá em tornar a escola confortável à efetivação do processo ensino aprendizagem.</p> <p><b>Agendar visita</b> bimestral da equipe técnica para elaboração de projeto</p> <p>Reduzir as taxas de reprovação em 70% nas disciplinas críticas do Ensino Fundamental I e II.</p> <p>Elaborar projetos para minimizar a distorção idade série.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1- Construção de Biblioteca</li> <li>2- Construção da sala de Professor (a)</li> <li>3- Construção de Laboratório de Informática</li> <li>4- Retelhamento e troca de madeira</li> <li>5- Construção de refeitório</li> <li>6- Reparo na instalação elétrica e hidráulica da escola</li> <li>7- Solicitar junto ao MEC e Ministério da Ciência e Tecnologia assessoria para instalação de laboratórios e biblioteca.</li> <li>8- Desenvolver atividades pedagógicas que valorizem os conhecimentos prévio dos alunos.</li> <li>9- Manter as salas de aula seriadas no fundamental I</li> <li>10- Promover projetos nas áreas de leitura, escrita e raciocínio lógico.</li> </ol>	(Criar parcerias entre escolas e SEC para a promoção de intercâmbio.	2015/2016
2- Gestão do espaço no entorno da escola	<p><b>Melhoria do espaço.</b> Articular junto a Secretaria de Educação a construção de quadra coberta e rampa de acesso à escola. O que</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1- Construção de quadra de esporte coberta</li> <li>2- Construção de rampa de acesso à escola com corrimão, o que</li> </ol>	SEC/MEC	2015/2016
	<p>garantirá segurança e conforto nas aulas de educação física e demais atividades coletivas realizadas na escola.</p> <p><b>Agendar visita</b> de equipe técnica para elaboração de projeto</p>	possibilitará segurança e comodidade e acessibilidade a alunos (as) e professores (as).		
3- Gestão do Ensino e Aprendizagem	<p><b>Práticas de Leituras e produção de texto</b></p> <p>Articulação entre professores (as), de modo que promovam o exercício da leitura e escrita entre alunos (as).</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1- Estimular os (as) alunos (as) a leitura, escrita e produção de texto.</li> <li>2- Promover concurso de redação entre alunos (as) sobre temáticas relacionadas à Comunidade Caiana dos Crioulos.</li> <li>3- Estimular os (as) alunos (as) a escrever a história da Comunidade Caiana dos Crioulos a partir do diálogo com os (as) idosos (as).</li> <li>4- Promover concurso de cartaz sobre os valores culturais da comunidade Caiana dos Crioulos.</li> </ol>	Professores (as) e Biblioteca	2015/2016
	<p><b>Pesquisa, ação e conhecimento</b></p> <p>Articulação entre professores (as), de modo que estimulem alunos (as) a realizar pesquisa sobre os tipos de conhecimentos existentes na comunidade no campo da saúde, educação, cultura, história, religião, matemática e linguagens.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1- Promover rodas de diálogos entre os idosos/as detentores /as dos saberes tradicionais existentes na comunidade e comparar com os saberes ensinados na escola.</li> </ol>	Professores (as) e lideranças comunitárias e agentes culturais	2015/2016
	<p><b>Desenvolvimento do raciocínio lógico</b></p> <p>Professor (a) deve usar jogos e brincadeiras, e de modo lúdico levar alunos (as) a desenvolver o raciocínio lógico e abstrato.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1- Realização de campeonato de xadrez/dama ou jogo da cultura local.</li> <li>2- Concurso de desenho alusivo a um fato em evidência ou assunto estudado.</li> <li>3- Construção de figura geométrica.</li> <li>4- Leitura e interpretação de imagens.</li> <li>5- Leitura e construção de mapas, tabelas e gráficos.</li> </ol>	Professores (as) e lideranças comunitárias e agentes culturais	2015/2016
	<p><b>Aceitação, respeito e convivência com a diversidade religiosa</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1- Estimular/orientar alunos (as) a fazer um levantamento/mapeamento das expressões e manifestações religiosas existentes na comunidade e comparar com as existentes em outras comunidades e cidades.</li> <li>2- Identificar as religiões existentes na comunidade, e comparar com as existentes na Paraíba e no Brasil.</li> <li>3- Desenvolver estudo de algumas práticas que são comuns as diferentes religiões.</li> </ol>	Professores (as) e lideranças comunitárias e agentes culturais	2015/2016

Partindo desse princípio, percebemos que a escola mantém parceria com escolas do município e a Secretaria de Educação, bem como, com o MEC para a inserção de conteúdos interdisciplinares em articulação com a cultura local, abordando todas as áreas envolvidas, principalmente, nos quesitos voltados à prática de leitura, escrita e produção de textos. Para isso, a escola tem a capacidade de reconstruir, através de processos educativos, essa polissemia por meio de atividades e estratégias pedagógicas que auxiliem o professor para melhor lidar com tais aspectos em sala de aula com seus alunos, desde o reconhecimento do que somos até as relações interpessoais dentro da coletividade, pois “podemos sensibilizar nosso/a aluno/a para o caráter multicultural de nossa sociedade, para a urgência do respeito ao outro, para a percepção e para o questionamento dos fatores que têm provocado e justificado preconceitos e discriminações.” (MOREIRA & CÂMARA, 2008, p.46)

Dessa forma, a participação da família e comunidade no espaço escolar não acontecerá apenas em eventos comemorativos, mas também, na corroboração do processo de ensino e aprendizagem dos alunos, diante do conhecimento mais a fundo da história e cultura de suas gerações. Para isso, a escola propõe ainda reuniões com pais acerca da importância da educação escolar para com seus (suas) filhos (as), rodas de diálogo entre famílias de diferentes gerações por meio de ciclo de palestras, para que assim, participem de modo ativo do desenvolvimentos das crianças e jovens, bem como, das atividades metodológicas que a escola propõe, estas não apenas passadas pela equipe docente, mas de caráter cultural, político e social.

Como remete FERNANDES & SOUZA (2016) a “escola se constitui em espaço privilegiado de formação identitária, sendo assim locus importante de intervenção nos rumos da construção da identidade negra” e não negra, por isso a necessidade e importância de trabalhar essas questões na Educação Básica. Com isso, a construção da identidade da criança é algo que vai passar inevitavelmente pelos referenciais que lhe forem, tendo por âncora alguns estudiosos pensantes nessa temática, bem como, a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais de Nº 9394/96, no que diz respeito ao Art. 26-A, que torna obrigatório o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados. A Lei Nº 10.639 de 2003, que altera a Lei anterior, de Nº 9.394/94, estabelece que as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências.

Em linhas gerais, o PPP vem trazer a visão geral do que a escola é, suas metas e estratégias para atingir os objetivos idealizados com os envolvidos neste processo, de modo coletivo. Logo,

não se trata de mais um documento a ficar armazenado nos arquivos da escola, mas sim, um influente provedor de mudanças e adequações constantes no contexto escolar durante o ano letivo, sujeito à readaptação e adequação perante às necessidades da população. Todavia, torna-se necessário sua prática diariamente como defende BETINI:

[...] A questão principal do planejamento é expressar a capacidade de se transferir o planejado para a ação. Assim sendo, compete ao projeto político-pedagógico a operacionalização do planejamento escolar, em um movimento constante de reflexão-ação-reflexão. (BETINI, 2005, p.37)

Com isso, a dificuldade de selecionar conteúdos curriculares da área da Cultura afro-brasileira e Cultura Africana é que nos leva a refletir sobre o que diz a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais Nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996 em seu Art. 26-A, sobre a obrigatoriedade do estudo dos conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira e indígena no âmbito de todo o currículo escolar em Instituições de ensino fundamental e de ensino médio, sejam públicos e/ou privados que, com um grande destaque nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras. Tais conteúdos, por sua vez, passarão a caracterizar a formação da população brasileira, seus grupos étnicos, suas lutas indígenas e africanas, bem como, sua história como um todo, suas heranças culturais e contribuições significativas nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. Tal artigo que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional passou a ser acrescido pela Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e dá outras orientações, tais como, a validação da mesma, acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B, além dos estudos citados anteriormente, incluindo o estudo da História da África e dos Africanos, incluindo ainda no calendário escolar o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Trazer à tona as leis que regulamentam o ensino da cultura afro-brasileira nos remete a inclusão da temática racial na Educação Básica, tornando essencial trabalhar essa questão na Educação Quilombola, além do mais, torna-se importante mostrarmos a visibilidade desta no campo educacional e os desafios considerados para essa educação. Contudo, ao inserir tais conteúdos no PPP, assegurando sua efetivação no currículo escolar, a escola estará consolidando uma educação étnico-racial e antirracista, possibilitando a valorização de todos e todas, através do respeito mútuo às diferenças, dentro e fora da instituição. Para isso, torna-se necessário um trabalho em conjunto e articulado das

diversas áreas do conhecimento com outras instituições e entidades públicas, políticas e culturais existentes na comunidade. Desse modo,

Para consolidar a relação entre instituições educacionais e sociedade é necessário conhecer os determinantes que condicionam sua organização no âmbito econômico e político. Esses determinantes devem ser contemplados se queremos responder seguinte pergunta: que indivíduos estamos formando para viver nessa sociedade? (AGUILAR, 1997, p.7, grifos do autor).

A partir daí a proposta da Educação Quilombola nessa comunidade possibilita aos professores um novo pensar à luz da experiência dos quilombos contemporâneos, pois não basta conhecer todo um histórico da comunidade e seus costumes, mas também, dialogar com outras realidades, pois a escola tem o papel gerar a afirmação da identidade nacional. Com isso, é desafiador desenvolver, na escola, novos espaços pedagógicos que propiciem a valorização das identidades brasileiras, visando um currículo que leve o aluno a conhecer suas origens. Neste sentido, Gomes *apud* Munanga (2005), enfatiza que:

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso que os educadores (as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-la em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida no próprio cotidiano escolar. Dessa maneira, poderemos construir coletivamente novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e comunidade (GOMES *apud* MUNANGA, 2005, p.147).

Logo, torna-se importante que todos os componentes da comunidade escolar passem a ter um olhar mais crítico e positivo, tanto nas questões étnico-raciais, quanto culturais. Desse modo, as diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais destacam algumas proposições quanto ao ensino de história e Cultura Afro-Brasileira, como:

É importante destacar que não se trata de mudar o foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeu por uma africana, mas ampliar o foco dos currículos escolares para diversidade cultural, racial, social e econômica

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

brasileira [...], História da África, tratada em perspectiva positiva, não só de denúncia da miséria e discriminações que atingem o continente, nos tópicos pertinentes se fará articuladamente com a história dos afrodescendentes no Brasil e serão abordados temas relativos: - a história da ancestralidade e religiosidade africana (...) como civilizações que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da humanidade ( BRASIL 2009, p.17)

Assim, o PPP nos promove a possibilidade de elaborarmos metas para que atinjamos nossos objetivos propostos perante a caracterização e aspectos metodológicos da escola. Mais que isso, é um meio de direcionamento ao gestar a escola, considerando a adequação dos envolvidos diante da realidade e dos novos tempos. Em vista disso, percebemos o quanto torna-se importante ainda para formação não só do(a) docente atuar numa escola quilombola, mas de todos os membros que compõem a comunidade escolar. Torna-se necessário fazer uma leitura da realidade, dos aspectos físicos, políticos, culturais e sociais na qual a escola pertence, principalmente a clientela que irá atender. Acreditamos, dessa forma, que o(a) professor(a) é um(a) formador(a) de opiniões que pode corroborar para desconstrução do pensamento preconceituoso e discriminador, mesmo com fragilidades na formação docente mediante ao trabalho com questões étnico-raciais, bem como, a escassa acessibilidade a materiais que os auxiliem.

## **CONCLUSÕES**

No decorrer deste trabalho foi possível percebermos o quão importante o Projeto Político Pedagógico é na escola, e como é imprescindível a participação da comunidade escolar na sua elaboração. Visto isso, cabe destacar que a gestão democrática possui grande influência na relação entre escola, comunidade e família, relação esta que rege o bom funcionamento de uma instituição de ensino, tendo à satisfação de ambas as partes, onde também é destacada a participação da comunidade escolar na realização do projeto político pedagógico. Por meio da análise das propostas curriculares do PPP da Escola Firmo Santino da Silva, percebemos que a mesma diante de toda sua trajetória histórica e cultural transpõe seus conteúdos de forma igualitária, interdisciplinar e antirracista, na corroboração de um pensamento crítico e reflexivo, bem como, na construção da identidade dos educandos, por meio de práticas inclusivas numa pedagogia dialógica.

## REFERÊNCIAS

BETINI, Geraldo Antônio. A Construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola. EDUC@ção - Rev. Ped. - UNIPINHAL – Esp. Sto. do Pinhal – SP, v. 01, n. 03, jan./dez. 2005.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL (1996) LDB - Lei 9.394/96. Estabelece Leis, Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Brasília, 2003.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ministério da Educação; Brasília – DF; 2004.

DESLANDES, S.F. et al. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Maria Cecília de Souza Minayo (org.). Petrópolis: Vozes, 1994.

FERNANDES, V. B.; SOUZA, M. C. C. C. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 63, abr. 2016 (p. 103-120).

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação. In: MUNANGA, Kabengele.(org.). Superando o Racismo na Escola. 2ª Ed. rev. Brasília:SECAD, 2005. p.143-154.

MINAYO, M. C.de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 9-29.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (Org.). Currículo, cultura e sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MOREIRA, A. F. B.; CÂMARA, M. J. Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. In. MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. (orgs.) **Multiculturalismo Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. 2. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Firmo Santino da Silva, Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande – Paraíba, 2012.

VASCONCELLOS, C.S. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo, Libertad, 1995.

VIDEIRA. Piedade Lino. Criança negra e discriminação étnica na escola e movimentos pela Educação Popular. Padê, Brasília, v.1, n. 2, p. 89-111, jul/dez. 2007.